

RELAÇÕES FAMILIARES, GÊNERO E O GRANDE CONTRÁRIO: TONALIDADES TOTALITÁRIAS NO BRASIL DA CRISE

Juliana Spagnol Sechinato¹

Rodrigo Fessel Segã²

RESUMO: O recente processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a tomada presidencial de Michel Temer, em 2016, não foi consenso entre os brasileiros. Participando cotidianamente do debate político marcado por forte estigmatizações sociais, por vezes, tratávamos e tratamos o outro como um rival. Neste ambiente polarizado, muitas vezes, a estratégia dos sujeitos foi de ridicularizar, excluir e/ou negar o outro. Nesse sentido, este artigo é um esforço em compreender este período de atropelamentos políticos que estamos vivenciando e sentindo no cotidiano quando dentro da família temos que conviver com um “grande contrário” em tempos de crise; em revelar um conflito latente com aqueles que amamos e que esse cenário de crise não poupou. Partimos de experiências e dos relatos cotidianos para entender essas tensões políticas com tonalidades autoritárias que se acomodaram no ambiente familiar quando hostilidade e amor, enfim, se confundiram. Destacamos, ainda, as assimetrias de gênero no seio e no conflito familiar em que os estereótipos emergem do conflito político, para pensar como a negação do outro, ao mesmo tempo em que pode representar o salvamento de si, não o faz sem causar sofrimento no deslocamento e na suspensão de *status* na cédula familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Conflito; Estigma, massas; Redes de poder; Performatividade.

¹ Mestra em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de São Carlos (PPGAS/UFSCar). E-mail: jusechinato@gmail.com

² Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS/UFSCar) e doutorando em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campinas (PPGS/UNICAMP). E-mail: rodrigofsega@gmail.com

INTRODUÇÃO

Sentados no banquinho do centro da cidade, conversando com uma senhora sobre o processo de *impeachment* da Presidenta da República Federativa do Brasil, reeleita em 2014, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e as novas direções do governo interino do vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o panfleteiro de repente interrompe: “Desculpa, eu ouvi a conversa e preciso perguntar: foi golpe ou não foi?”. Daí em diante, nós³ colocamos em pauta até o Programa Bolsa Família⁴ e o papo continuou sem que ele deixasse de entregar os panfletos a quem passasse.

O interesse pela política chegou atropelando um senhor que conversava sobre o clima com o atendente de caixa do mercado. Ao perguntar, despreziosamente, se achava que o clima estava feio – pois temia que chovesse e ainda queria comprar uns maços de cigarro antes de voltar para casa –, o caixa respondeu que o clima estava pesado no Brasil. O senhor, confuso, sorriu desconcertado.

Esse interesse atropelado chegou à padaria, às escolas, às universidades, aos jornais, aos pontos de ônibus – e dentro deles também. Chegou e ficou entre os panfleteiros do centro à classe médica. E chegou às nossas famílias. Em um país onde se julga que religião, futebol e política não se discutem, veio a pergunta: “Não era isso que havíamos, longinquamente, desejado?”.

³ Este artigo, embora compelido pelos dois autores, é fruto dos debates realizados no contexto da greve dos alunos, docentes e funcionários da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e do Grupo de Trabalho “Gênero e Sexualidade na atual conjuntura”, da UNICAMP. É resultado e consequência daquilo que foi ouvido, informado, dito, discutido, e silenciado na relação entre os seus autores e os muitos outros e outros. As personagens e os enredos das histórias contadas aqui foram embaralhadas e optamos por usar o termo “nós” para preservar a identificação das pessoas envolvidas.

⁴ Proposto em 2003 pelo Governo Federal, e previsto pela Lei Federal nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o Programa Bolsa Família é um programa social de transferência de renda baseado em complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras ações e programas do estado (BRASIL, 2015).

A polêmica invadiu nossas casas. A grande contradição assentou-se sobre nossas famílias e nosso cotidiano. No jantar, no café da manhã e na hora da novela. O grande contrário entrou elegante pela porta da frente e brincou conosco no casamento do nosso tio: “Soube que tem alguém aqui nessa mesa que vai votar naquele partido... Espero que não ganhe e que ela volte no pau de arara de onde veio”. Choque: nós, nossos pais, nossos irmãos, primos e tios. Já o amigo do tio saiu leve com a tal brincadeira.

A única defesa que conseguimos foi de nosso irmão. Contudo, sabíamos que no próximo domingo ele iria votar no outro candidato. Ao final do dia seguinte, na sala da nossa casa, foi anunciado que este tinha ficado em segundo lugar nas eleições federais. Agora raivoso, nosso irmão se incomodou profundamente com nossa satisfação.

Se, por um lado, chegou ao ponto em que era inevitável o choque entre os grandes contrários e nós fomos, em algum momento, orientados a negar esses embates políticos mais diretos, orientados a debater pedagogicamente ou esculchá-lo, hoje nós que somos atropelados por eles.

Opiniões avessas, propostas políticas contrárias e ideologias antagônicas passaram a ser defendidas com maior impetuosidade. Os contrários já existiam, mas agora nossas convicções ficaram mais equidistantes. Vivenciamos o tempo dos grandes contrários, em que ver o outro no horizonte está mais difícil, embora almoçando na mesma mesa aos domingos.

Este artigo representa um esforço em compreender este período de atropelamentos políticos que estamos vivenciando e sentindo no cotidiano familiar. Focamos na família – na nossa e em muitas outras – por perceber a dificuldade de convivência que vem paulatinamente se assentando com aqueles que desenvolvemos relações familiares.

O que se segue vem das experiências e dos relatos das estratégias cotidianas para lidar com as tensões políticas somadas aos autoritarismos que se acomodaram no ambiente familiar. Vem do desconcerto de não sabermos o que fazer com o afeto que temos uns pelos outros quando inventamos uma desculpa para não irmos ao aniversário do avô, por conta daquela tia que nos incomoda com suas ideias sobre política nacional.

Já não conseguimos disfarçar a falta de coragem de sentar à mesa para o jantar, ou a cara de desconforto ao encontrar o cunhado que, não mais que de repente, brada normas morais e análises políticas. Hostilidade e amor, enfim, se confundiam.

Como essas sensações afetam nossas vidas? Quais estratégias são lançadas para evitar ou enfrentar o grande contrário? Como compreender esse momento social de pluralidades rígidas e estigmatizadas dentro da própria família? Como as diferenças de gênero e hierarquizações familiares deslocam posições de poder e de legitimidade entre aqueles que convivemos? Como continuar amando aquele que em determinados contextos nos defende e se preocupa conosco, mas em outros é ofensivo, raivoso e nos humilha? Como continuar amando aquele cuja nossa felicidade o incomoda?

Esse ensaio, portanto, trata do cotidiano das famílias que viveram e ainda vivem esse momento político no Brasil e que convivem com os grandes contrários dentro das suas – e nossas – redes familiares. Mais do que explorar saídas, o que se segue é uma reflexão sobre aqueles que não têm como alternativa ignorar ou fugir do embate.

A QUE ‘NÓS’ EU PERTENÇO?

Uma Presidenta, eleita legitimamente, afastada. Um vice-presidente que rompe coligações aliadas e se junta aos partidos declarados ideologicamente opostos. Um processo de *impeachment* pleiteado pela grande mídia, acusada, por sua vez, pela oposição e pelas mídias independentes de ser o verniz de um Golpe de Estado. Grupos conservadores marchando em ensolarados domingos, clamando por justiça e com cartazes reivindicando “a volta da ditadura militar”. A palavra “crise” sendo pronunciada ora aos sussurros, ora aos berros, estampando capas de revistas de ampla circulação nacional e mencionada em títulos de blogs classificados como comunistas.

O aprendizado e a reiteração na vida social das categorias do “petralha” e do “cozinha”, cuja apropriação por grupos sociais que se reconhecem em posições não apenas diferentes, mas manifestamente

incompatíveis, se dá por meio da consolidação de cores, símbolos e signos identitários (vermelho *versus* verde e amarelo; estrela *versus* tucano; mortadela *versus* caviar; *impeachment versus* golpe etc.). Vivenciamos a ressignificação das inteligibilidades da vida social, a reatualização das redes de poder – desde o âmbito nacional até as relações mais íntimas – e o rearranjo de estigmas.

Segundo Goffman (2004), os estigmas, tratados como “defeito”, tentam, por meio de marcações físicas ou simbólicas, desqualificar moralmente o estigmatizado. Ao estigmatizar, estabelecem-se distinções entre o eu e o outro.

Por meio de fragmentos de discursos, os estigmas formam um conjunto de significados que operam através de preconceções. Os estigmas geram expectativas normativas sobre a identidade social daquele ao qual nos relacionamos, operando, assim, como uma organização cognitiva de como o outro é visto e daquilo que é esperado dele.

Nesse trânsito (des)ordenado, a tendência de organização de uma massa que adere a um tipo de discurso com tonalidades totalitaristas⁵ nos assusta pela estigmatização compulsória e galopante, que não poupa nossas relações e nossos afetos mais genuínos. É nesse sentido que Hannah Arendt nos parece uma boa interlocutora para pensar a família – e a nós mesmos – que temos vividos, cotidianamente, esse novo momento político.

Os escritos de Arendt foram confeccionados no catastrófico período do entre guerras, da estigmatização e da exclusão de determinados grupos sociais. Embora compreendamos que o período brasileiro não se configura, até o atual momento, em um sistema político no qual o Estado não reconhece qualquer limite à sua autoridade, é notável a organização

⁵ Tal como Arendt (2013, p. 342), utilizamos a palavra “totalitarismo” com cautela. Compreendemos que existem ainda diferenças cruciais entre o atual período político brasileiro e o período totalitarista o qual Arendt experienciou, tanto no grande cenário, como nas entrelinhas do contexto, tais como a aliança temporária entre a elite e a “ralé” (grupos excluído socialmente, moralmente e fisicamente, com os prisioneiros, as prostitutas, os criminosos, etc.) (ibidem, p. 376-82), a exclusão máxima da vida através dos campos de extermínio (ibidem, p. 28) e o total altruísmo de seus adeptos (ibidem, p. 357), o que nos faz ter um cuidado maior ao articular o termo.

de uma massa de pessoas clamando por uma maior regulação moralista do Estado e pelo Estado na vida social.

As massas não se unem pela consciência de um interesse comum e falta-lhes aquela específica articulação de classes que se expressa em objetivos determinados, limitados e atingíveis. O termo massa só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número, ou à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores. Potencialmente, as massas existem em qualquer país e constituem a maioria das pessoas neutras e politicamente indiferentes, que nunca se filiam a um partido e raramente exercem o poder de voto (ARENDDT, 2013, p. 361).

As manifestações das massas nas ruas é algo que vem se tornando cada vez mais familiar. Adquirem nuances de movimentos totalitários quando esses sujeitos desenvolveram certo gosto por uma organização política arbitrária, em que a negação do outro é o modo mais acessível para se justificar.

Ao passo que as normas e as regulações que reivindicam comportam e comprometem a liberdade de expressão de outros grupos ou pessoas, ou evocam, ainda que silenciosamente, a estigmatização e a exclusão do próximo,

[...] há situações em que, com certeza, todos devemos assumir a responsabilidade por nós mesmos. Entretanto, à luz dessa formulação, despontam para mim algumas questões críticas: sou responsável apenas por mim mesmo? Existem outros por quem sou responsável? [...] Sou responsável por todos os outros ou só por alguns? [...] é possível ao menos pensar em mim sem esse mundo de outros? Na verdade, pode ser que, através do processo de assumir responsabilidade, o 'eu' se revele, pelo menos parcialmente, um nós? [...] Mas

então quem estaria no ‘nós’ que pareço ser ou do qual pareço fazer parte? [...] a que ‘nós’ eu pertença? [...] quais enquadramentos implícitos da condição de ser reconhecido estão em jogo quando ‘reconheço’ alguém como ‘parecido’ comigo? Que ordem política implícita produz e regula as semelhanças nesses casos? (BUTLER, 2015, p. 60).

Pensando os contextos de guerras e de conflitos como Hannah Arendt, Judith Butler escreve “Quadros de Guerra” (2015) em resposta às guerras contemporâneas. Separadas por momentos históricos distintos, as autoras se preocupam em compreender esses períodos de exceção por meio de como as violências – muitas vezes não apenas simbólicas – permeiam os vínculos sociais na modernidade.

Trazemos ao texto o “nós” para pensá-lo em conjunto com essas autoras. A noção de sujeito produzida nos períodos de guerra nos faz pensar em nossas famílias, cujas conturbadas relações tem a potencialidade de intensificar a violência simbólica e física no período que experimentamos.

Se antes, indiferentes; agora, nacionalistas. Antes, partidários; hoje, revisionistas. Antes, apartidários; hoje, autoritários. Exemplos como esses fazem-nos considerar o momento atual brasileiro como um período de exceção, pois entendemos que estamos passando por uma latente revisão e reorganização da vida social, em que os velhos contratos sociais foram postos em riscos, deixando, no entanto, os pilares da casa em pé.

Transtornos políticos de massa que coloquem as ordens antigas em caos e engendrem novas, podem revisar os termos (e, portanto, a organização) do gênero na sua procura de novas formas de legitimação. Mas eles podem não fazê-lo; [...]. A emergência de novos tipos de símbolos culturais pode tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescritura da história Edípica, mas ela pode servir para atualizar este drama terrível em termos ainda mais eloquentes. São os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá – político no sentido de que vários atores e

várias significações se enfrentam para conseguir o controle. A natureza desse processo, dos atores e das ações, só pode ser determinada especificamente se situada no espaço e no tempo (SCOTT, 1989, p. 15).

Atualmente, um dos elementos centrais para compreender como os estigmas se disseminam pelas massas é a associação frequente e impiedosa entre as elites brasileiras e a grande mídia, que expõem, maquiavelicamente, as contradições da vida social, antagonizando o mal, o errado, o corrupto e o outro, o bom, o certo e o honesto.

Como observa Arendt (2013, p. 530), “O famoso extremismo dos movimentos totalitários, longe de se relacionar com o verdadeiro radicalismo, consiste, na verdade, em ‘pensar o pior’, nesse processo dedutivo que sempre leva às piores conclusões possíveis”.

As contradições, agora, e mais do antes para aqueles que ainda não haviam vivido tal conflito político, estão expostas à luz do dia, entre sons e imagens construídas com muita destreza e veiculadas nos jornais nacionais, nos programas de rádio, disseminadas por grupos de *Whatsapp* e na boca de personalidades famosas e carismáticas, como também nas prosas do dia-a-dia com nossos pais, irmãos, primos e parceiros.

Antes que a política totalitária conscientemente atacasse e destruísse a própria estrutura da civilização europeia, a explosão de 1914 e suas graves consequências de instabilidade haviam destruído a fachada do sistema político — o bastante para deixar à mostra o seu esqueleto. Ficou visível o sofrimento de um número cada vez maior de grupos de pessoas às quais, subitamente, já não se aplicavam as regras do mundo que as rodeava. Era precisamente a aparente estabilidade do mundo exterior que levava cada grupo expulso de suas fronteiras, antes protetoras, a parecer uma infeliz exceção a uma regra sadia e normal, e que, ao mesmo tempo, inspirava igual cinismo tanto às vítimas quanto aos observadores de um destino aparentemente injusto e anormal. Para ambos, esse cinismo parecia

sabedoria em relação às coisas do mundo, mas na verdade todos estavam mais perplexos e, portanto, mais ignorantes do que nunca (ARENDETT, 2013, p. 300).

A regularidade das manifestações do próximo nos assusta, pois nos indagamos se seus adeptos, ao produzir e reproduzir os estigmas e a negação do outro, ainda tem o potencial de reconhecer o outro enquanto humano. Sobre os estigmatizadores, Goffman (2004, p. 8) aponta que, “isolado por sua alienação, protegido por crenças de identidade próprias, ele sente que é um ser humano completamente normal e que nós é que não somos suficientemente humanos”.

O mais humano, aquele que nunca pode ter o estigma para si, ou, pelo menos, aquele que sabe viver com seu estigma dentro dos padrões esperados, não se crê potencialmente estigmatizado, e assim se crê fonte de humanidade e de normalidade. É neste modelo que se baseia a “verdade”, o que é “normal” e digno de reconhecimento.

A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

O que Foucault (1979) chama de regimes de verdade são os mecanismos e as instâncias que produzem verdades e se relacionam com este momento político em que vivemos, dando prestígio a comportamentos específicos. São redes de controle, e por isso de poder, imbricadas em instituições governamentais e também cotidianas que reatualizam discursos categóricos e que regulam distinções.

As fronteiras protetoras desse regime de verdades, ao serem desnudadas para as massas por meio dos discursos e de bandeiras midiáticas de grande circulação nacional, produz não um reconhecimento da nossa humanidade frágil e solitária, mas um terror e um medo que ronda nossa época e que habita determinados grupos sociais.

Com base nos discursos de amplo alcance popular e nas próprias crenças, que pelo contexto de efervescência política agora se requerem públicas e sólidas, nosso cotidiano familiar foi alagado por um dia-a-dia não poupado de polêmicas que nenhum jornal ou rede social deixou apagar.

Está fora de moda não discutir política, está fora de questão não ter posição. Quando nos damos conta, o nicho familiar, ao invés de abrigar sementes de uma mesma consciência e simbolizar um lugar de resistência ou respeitar os contraditórios pontos de vista, emerge como um latente campo de guerra, agregando agora grandes contrários.

Os debates que antes se mostravam até certo ponto tranquilos, parecem se transformar em conflitos carregados de ódio, que outrora desconfiava dos estigmatizados e dos desconhecidos, mas agora não poupa nós, nossos pais e irmãos. Nas crenças que não abrem mais espaços para questionamentos, também não há mais espaço para o outro, que é excluído, negado e hostilizado.

As tonalidades totalitaristas, que se fazem férteis e se constroem nos movimentos de massa do Brasil atual, são pensadas aqui a partir dessa lente. O “raciocínio frio como o gelo”, tal como diz Arendt (2013, p. 530), é mais do que uma violência gratuita contra o outro no centro da célula familiar. É, antes, um salvamento de si, é o medo de perder um “eu” construído fora da possibilidade das contradições humanas.

Os nós só existem quando há algum tipo de cisão e o grande contrário só existe quando também somos contrários de outros. A dúvida que nos restou, agora, é como conviver nesse espaço sem abandonar a nós e nem ao outro, sem excluir violentamente aqueles que vamos continuar amando.

O problema não é apenas como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento da forma diferenciada. Que novas normas são possíveis e como são forçadas? O que poderia ser feito para produzir um conjunto de condições mais igualitário da condição de ser reconhecido? Em outras palavras, o que poderia ser feito para mudar os próprios termos da condição de ser reconhecido a fim de produzir resultados mais radicalmente democráticos? (BUTLER, 2015, p. 20).

GÊNERO IMPORTA, FAMÍLIA IMPORTA

Nosso irmão zombou aquele dia da nossa cara e não parou mais. Acusou-nos de corruptas. “O país está no buraco e você defende ladrão? Você quer sua família perca tudo o que conseguiu trabalhando duro?”. Pelas perguntas que não requerem respostas, mas sim obediência, as palavras nos faltam algumas horas.

Dentro do conflito familiar nesse contexto político brasileiro, diante de tantos debates e diálogos que nós ouvimos e falamos, percebemos algo peculiar nos momentos de tensão compartilhados: mulheres que, sendo elas historicamente a expressão do contrário, foram tratadas nas relações familiares como desviantes, hostilizadas por teias de poderes patriarcais que exercem sobre nós insistentes provocações intelectuais, causando dor e isolamento familiar.

Essas tensões familiares e assimetrias de gênero que vivemos não é exclusiva de nosso tempo, desse período de exceção e da revisão dos significantes sociais. Contudo, a maneira impositiva como aparecem, associadas à “crise” econômica, a evocação moral dos senadores em nome da família e de Deus para destituir uma Presidenta⁶, essencializa uma ideia

⁶ No dia 17 de abril de 2016, em que houve a votação na Câmara dos Deputados pela instauração do pedido de *impeachment*, aceito pelo então presidente da casa, Eduardo Cunha, dos 513 deputados (dos quais, cabe dizer, apenas 45 são mulheres), 367 votaram a favor da instauração do processo. Dentre as justificativas dos favoráveis, Deus foi citado 58 vezes, família 110 vezes e 78 parlamentares dedicaram os votos aos seus filhos, contando ainda, entre outras bizarrices, com uma dedicação ao general militar que ordenava e que torturou Dilma

de mulher e de feminino bastante perigosa para “nós”.

Estes processos políticos ressignificam, nestes lares da crise, as experiências generificadas que foram cultivadas em nossas relações familiares, percebidas, muitas vezes, ora legitimando a violência doméstica, ora tentando regular e reduzir uma feminilidade boa ou ruim dependendo de quem nós votamos nas últimas eleições.

Entretanto, se os processos políticos ditam como as significações de gênero mudam, as ressignificações de gênero também determinam os processos políticos. Joan Scott (1989) nos ajuda a realizar esse movimento analítico entre período de exceção e de revisão de símbolos culturais a partir do conceito de gênero, categoria que utiliza como referência para analisar o poder político.

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro (SCOTT, 1989, p. 15).

Reivindicar o poder político é reivindicar um lugar para as masculinidades e feminilidades na sociedade. Não é casualidade que Deus (ordem divina) e a família heterossexual, casada, monogâmica, com filhos e higienizada de suas contradições (ordem natural), são fortemente evocadas pelos deputados que aprovaram, no congresso, a instauração do processo de *impeachment*, mas também pela grande mídia, por *bon vivants* em

Rousseff na época de sua prisão durante a Ditadura Militar no Brasil. Fonte: <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-termos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>>, acessado em 02/08/2016.

eventos beneficentes, por nossas mães, pais, irmãs, irmãos, avós, avôs, tios, sobrinhas e parentes distantes.

Em momentos de instabilidades sociais e de perda de referenciais políticos, acreditar em essencialismos binários, também de gênero, parece fazer sentido para as massas insatisfeitas e amedrontadas.

O grande contrário também é uma rede de relações situacionais que está sendo combatido ou defendido por meio da naturalização de classificações e de estigmas políticos (“comunista” e o “coxinha”, “cidadão de bem” e o “baderneiro” etc.) e de modelos identitários de gênero (“o corrupto” e “a vagabunda”, “tchau querida” e “o patriota” etc.), tanto no ambiente público quanto dentro das nossas famílias.

Entretanto, não compreendemos gênero como a essência do ser, mas enquanto ato discursivo performativo, enquanto prática, comportamento aprendido pela vivência cotidiana, como “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que nomeia” (BUTLER, 2001, p. 18). A ênfase da performatividade do gênero recai sobre esse aspecto: pensá-lo enquanto discursos que tem a capacidade de produzir aquilo que anuncia. Não mais em “ser” feminino ou masculino, mas em “tornar-se” femininos ou masculinos específicos.

A força da performatividade reside justamente em conseguir naturalizar classificações, modelos ou comportamentos, uma vez que ao ser repetidamente citada essa norma, produz um apagamento dos dispositivos que a produzem.

Aqui, compreendemos que selecionar um modelo de feminilidade, de masculinidade e de família como legítimo é também hierarquizar os modelos praticados no social. É dessa seleção e dessa classificação contextual e moralmente mais rígida, mais polarizada, com tonalidades menos variadas e contrastes mais intensificados, que observamos a família e a construção de assimetrias de gênero estigmatizadas.

Os estigmas se deslocaram e não sabemos muito bem, ainda, para onde foram e para onde nos levaram. Somos impelidos a revisitar aquilo que estava naturalizado e que crescemos naturalizando nas relações entre nossos familiares.

Amamos o outro e, por isso, a rigidez por meio da qual os estigmas recaem sobre todos nós, nos leva a repensar os limites das negociações entre as diferentes gerações, entre a feminilidade e a masculinidade, entre as autoridades e as liberdades que performamos na mesa de domingo, cheia de pratos com macarronada e de posicionamentos diversos.

Compreendemos a performatividade do gênero como um ideal regulador (FOUCAULT, 1993), que gesta desejos e comportamentos que ao mesmo tempo são construídos e constroem a própria noção do que é um brasileiro e uma brasileira “boa” e “normal”.

Não apenas nos informa as práticas sociais, mas articula discursos morais, gesta representações e corporalidades privilegiadas, naturalizando e favorecendo categorizações generificadas e, por consequência, gerindo e legitimando um modelo de família.

Ao negociar a legitimidade e a legalidade da nossa subjetividade perante nossa família, não necessariamente corremos o risco de perder nosso vínculo com eles, mas de perder a nossa humanidade já confessada por eles. Se não negociarmos, corremos o risco de perde-la para nós mesmos.

Então, nos questionamos, o que fazemos com o nosso amor, principalmente com aquelas pessoas que temos uma história singular pelos laços familiares? Para onde deslocamos nossos afetos se não podemos mais reiterar identicamente a mesma performatividade sem que ela seja violentada e que não violentemos a performatividade do outro?

Pensar nessas redes em que, atualmente, o conflito político é latente, é lidar com o “grande contrário”, com as contradições que se tornaram mais rígidas e que estamos experienciando no convívio com nossos parentes. Ora estamos curiosos para entender o outro, ora estamos estigmatizando e, assim, recebendo de volta um outro estigma para nós.

As expectativas geradas sobre como o outro é visto e o que é esperado dele, neste contexto de conflito familiar, geram uma instabilidade emocional. Esses estigmas sobre nossa identidade pessoal e social estão sendo reatualizados, renegociados e reorganizados.

[...] no final das contas, é a capacidade de sobrevivência do eu que está em questão. Porque o eu? Afinal, se minha capacidade de sobrevivência depende da relação com o outro – com um “você” ou com um conjunto de “você”s sem os quais não posso existir –, então minha experiência não é apenas minha e pode ser encontrada fora de mim, nesse conjunto de relações que precedem e exercem as fronteiras de quem sou. [...] Assim, a fronteira é uma função de relação, uma gestão da diferença, uma negociação na qual estou ligado a você na medida da minha separação. Se procuro preservar sua vida, não é apenas porque procuro preservar a minha própria, mas também porque quem “eu” sou não é nada sem a sua vida, e a própria vida deve ser repensada como esse conjunto de relações – complexas, apaixonadas, antagônicas e necessárias – com os outros (BUTLER, 2015, p. 72-3).

Buscamos, então, o reconhecimento do eu, primeiramente, naquilo que nos é mais familiar, naquela socialização mais primária e basilar, naquelas pessoas com as quais crescemos juntos e hoje fazem parte de nós. No entanto, neste momento de exceção, o conflito familiar mostrou potencializar-se devido às contradições expostas rigidamente no meio social, disseminadas em larga escala entre as massas pela grande mídia e pelas redes sociais da internet.

Talvez seja nos momentos de estar entre os nossos que buscamos não apenas o conforto do outro, mas também a nós mesmo, o encontro com o nosso próprio eu. Estas buscas, quando fogem à ordem da rotina familiar, ou seja, nos períodos de exceção, trilham caminhos que, pouco explorados, podem sabotar as próprias relações que as sustentam.

A crise de âmbito nacional – quer ela exista ou não – é praticada no cotidiano como real pelas massas e é também uma crise da identidade social e de reconhecimento de si pelo outro. É uma crise das configurações de gênero, das relações diferenciadas entre irmãs, entre irmãos e entre irmãs e irmãos. Entre pais e mães, e entre pais e filhas, mães e filhas, avós e netos, sobrinhos e enteadas.

Ao perceber que aquele familiar mais familiar que temos afeto não corresponde às nossas expectativas, não nos reconhece e nos coloca hostilmente do outro lado do *front*, sentimos que a solidão que pode devastar o ser humano aparece como um profundo frio na barriga. Se o que torna a solidão insuportável é a perda do próprio eu (ARENDDT, 2013, p. 529), então o grande contrário carrega esse medo da perda de si, antes mesmo da perda do outro.

Quando o grande contrário é confirmado no clima familiar, em nossas explicações e em nossas justificativas para as tias que nos incomodam e as quais também incomodamos, ele tem o potencial assolador de, por meio do estranhamento do outro que lhe era familiar, não reconhecer a si mesmo, gerando reações abruptas e violentas.

Neste contexto, consideramos que as experiências das mulheres, em particular, têm sido ocultadas pelo uso genérico e homogêneo das unidades de análise como família cuja tendência é de se igualar a categoria mulher, enquanto a categoria homem é separada e lhe é concedida um *status* individualizado (THORNE, 1982).

Quando pesquisamos a família pela perspectiva dos estudos de gênero, percebemos ela não apenas como um ponto de partida para a solidariedade de gênero, em que as mulheres têm centralidade e voz nos processos decisórios cotidianos (VALE DE ALMEIDA, 1995), mas também como um *locus* de opressão feminina (GABACCIA, 1992, p. XIV).

Pensar a família é uma tentativa de compreender aonde existem e resistem os estereótipos aprendidos e reiterados nas massas. É uma tentativa de compreender como as assimetrias e as performatividades de gênero importam ao analisar a sociedade brasileira, sobretudo quando discutimos as relações de poder e de autoridade no seio familiar (MOROKVASIC; EREL; SHINOZAKI, 2003).

“A FAMÍLIA”

Um parente distante tomou a liberdade de escrever em uma postagem no nosso *Facebook*: “Eu também já fui como você, na minha

época votei no fulano várias vezes, mas não percebia o quanto ele era corrupto”. No aniversário do vô, apesar da nossa falta de coragem de estar lá ser evidente, sentou ao nosso lado aquela tia que nos incomoda, com todo seu peso emocional e olhos intrigados. Disfarçamos pedindo mais um pedaço de carne, que soou mais como um pedido de socorro. Sentimos todos nos olhando enquanto éramos esmagados pelo clima pesado que pairou sobre nós.

Temos um afeto por eles (em diferentes graus, obviamente): crescemos juntos, nos pediram ajuda, nos apoiamos em momentos diferentes da vida e também já fomos apoiados, mas o estranhamento deles, neste momento conturbado de incertezas e de rigidezes, envernizava seus corpos, impedindo-os de sentir nosso terror àquela situação.

A tia, enfim, como que em tom professoral, fez a pergunta: “Mas você acredita mesmo que esse partido corrupto seja bonzinho?”. Todos ao redor, cheirando a fumaça e a cerveja, se movimentaram lentamente. Uns pararam de mastigar, disfarçando o indisfarçável. Outros, abaixaram um pouco o tom da voz.

Nós, pegos de surpresa pela facilidade com que a tia nos disparou as palavras – como se fôssemos crianças –, só conseguimos pedir para que esperasse um minuto, pois iríamos pegar o pão para comer junto com a carne malpassada, sangrando, salgada e ardente, recém-saída do fogo da churrasqueira, mas entregue a nós por um primo risonho. Nos sentíamos acuados ou ultrajados, mas conseguimos ganhar um tempo estratégico para organizar nossas ideias e fazer com que elas soassem as menos violentas possíveis.

“A Família”, com suas letras maiúsculas e entre aspas, segundo Thorne (1982), é uma construção ideológica que distorce a função de criar e de educar para uma coletividade de pessoas específicas (presumivelmente relações nucleares), associadas aos espaços específicos (domicílio) e aos vínculos afetivos particulares (amor).

Na linguagem contemporânea, “A Família” frequentemente implica, além dessas definições, uma divisão sexual do trabalho característico: um marido que sustenta a família, autônomo e voltado para uma esfera econômica separada do lar; e uma esposa e mãe, cuja existência é muitas

vezes sinônimo da própria família.

Hirata e Kergoat (2007) corroboram Thorne (1982) e argumentam que a própria divisão sexual do trabalho é um reflexo das desigualdades de gênero sociabilizadas em contextos específicos. Em resumo, a família nuclear moderna tem sido citada em larga escala como “A Família” e elevada como o mais desejado e legitimado modelo familiar.

Esse modelo está implícito e explícito no nosso cotidiano, das políticas públicas às convenções sociais. Esse é o modelo legitimado de família, que molda nossas experiências e subjetividades, um modelo aceito e reproduzido socialmente.

Segundo Souza (2002), todos desenvolvemos performatividades que garantem nossa aceitação social dentro desse núcleo familiar, no qual fomos sociabilizados, seja apoiando, confrontando ou ignorando os membros dessa nossa rede. Entretanto, o momento político mudou.

Inúmeras vezes já foi afirmado que as guerras promoveram mudanças nas relações entre homens e mulheres, isto é, que as guerras trouxeram mais oportunidades para elas de ganharem autonomia financeira, o que, conseqüentemente, levou à conquista de direitos políticos, reduzindo as hierarquias de gênero. Será verdade? É isto que a historiadora citada [*Françoise Thébaud*]⁷ focaliza e questiona. Considera que as mudanças ocorridas foram apenas provisórias, e que, após a guerra, presenciou-se um retorno aos antigos significados do gênero, com reforço na rigidez das afirmações da diferença. Ou seja: é como se, após a guerra (período considerado de exceção), homens e mulheres tivessem voltado aos seus “devidos lugares”; assim, todas aquelas que haviam sido convidadas a participar de diferentes funções costumeiramente atribuídas aos homens, teriam sido convidadas a retornar para suas antigas atividades, ligadas à casa e ao privado (PEDRO, 2005, p. 89).

⁷ THÉBAUD, Françoise. A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. História das mulheres no Ocidente (O século XX), v.5. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil,1995, p.68.

A guerra, neste artigo, foi evocada das mais diversas maneiras. Porém, a que queremos destacar é a negociação travada, muitas vezes violenta, entre aqueles que amamos. Quando dizemos que gênero importa é porque conseguimos perceber não apenas a relação entre as tonalidades totalitárias presentes nos movimentos de massa e nas relações familiares, mas chamamos à atenção para os estereótipos evocados nessa relação e em como a figura feminina, quando colocada do lado de lá do *front*, pode se tornar mais vulnerável em contextos domésticos, principalmente quando isolada politicamente.

Não nos basta reconhecer o outro na sua biografia, precisamos também reconhecer as assimetrias de gênero que o moldam. Nossa aproximação teórica com Scott (1989), nos proporciona pensar como o momento político brasileiro leva a revisitar a categoria de gênero dentro do âmbito familiar.

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1989, p. 16).

É urgente entender essas categorias como plurais, situacionais e relacionadas entre si. O período o qual estamos passando, ao adquirir essas tonalidades totalitárias, nos leva a perguntar não apenas qual é o modelo socialmente aceito de família, mas quais deslocamentos estão influenciando nas relações assimétricas de gênero. Propor medidas mais democráticas é aceitar a ambivalência que essas categorias de reconhecimento comportam.

A crise identitária não indica necessariamente uma transição, mas uma realocação daquilo que nunca será localizado, sobretudo no seio familiar. Os estereótipos são percebidos como estruturas de poder e de conflito, podendo constrianger ou ampliar as possibilidades da agência dos sujeitos genericados.

Entretanto, o estigma construído dentro e por meio da família tem o poder talvez não de excluir o outro no sentido de anular ou desertar laços, mas de categorizar e de designar, mesmo que momentaneamente, um lugar para aquele membro. Transitar entre esses espaços e momentos, agora um tanto imprevisíveis, de ódio e de amor, embora no mesmo lugar e com o mesmo círculo de pessoas – que não desejamos nos afastar, tampouco queremos –, configura um doloroso desafio aqueles que tiveram seus *status* familiares suspensos pelos tempos de “golpe” e de “impeachment”, de “petralha” e de “coxinha”.

Esse trânsito de suspensão de *status* não impede que o grande contrário possa retomar ao seu lugar quando tempos de reconciliação são lançados, embora sem ainda sabermos como ficarão, a longo prazo, essas cicatrizes de tempos de ódio.

Nossa pretensão aqui não foi, em nenhum momento, afirmar os caminhos a serem tomados, mas levantar as possibilidades que esses conflitos familiares podem nos levar, revelando um espaço em que as tensões políticas e suas expressões de ódio em tempos de guerra (simbólicas ou não) não pouparam. Como amar quem nós estamos odiando? Como minimizar os estragos do nosso ódio àquela pessoa que temos afeto? A quem confiar nossas experiências?

Embora ainda conflituoso, não temos estas respostas, haja vista que no meio de discussões tão inevitáveis e públicas, nos pareceu muito mais simples assumir uma postura política intransigente, esculhambar aquele que não conhecemos, que não nos orgulharmos, e rirmos daqueles que não vamos ter com que compartilhar as mesmas toalhas.

O grande contrário é permeado pelas assimetrias de gênero e quando evocado dentro do núcleo familiar tem a potencialidade de não reconhecer o outro e nem a si próprio, provocando e, ocasionalmente, pondo em risco os laços familiares.

Este artigo não buscou uma saída para o que é situacional e performado, mas reúne nossos esforços em repensar e pôr em evidência as práticas e as estratégias de sobrevivência no âmbito das relações familiares neste período de exceção e, conseqüentemente, de fortes tensões políticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo Companhia das Letras, 2013.
- BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GABACCIA, Donna. *Seeking Common Ground: multidisciplinary studies of immigrant women in the United States*. Westport, Connecticut/London: Praeger. 1992.
- GOFFMAN, Erving. *ESTIGMA: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Mathias Lanbert. Versão digitalizada: 2004.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (ed.) *Crossing Borders and shifting boundaries*. Vol I, Gender on the move. Opladen: Springer, 2003.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *História*, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica*. São Paulo: Columbia University Press, n 4, 1989.
- SOUZA, Érica R. de. Construindo “masculinidades femininas”: educação, corpo e violência na pré-adolescência. In: ALMEIDA, H.B., Costa, R. G., Ramirez, M.C. e Souza, E. (org.) *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

THORNE, Barrie. Feminist rethinking of the family: An overview. In: THORNE, Barrie; YALOM, Marilyn. *Rethinking the family: Some feminist questions*. New York: Longman, 1982, p. 1-24.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de Si. Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa: Fim de Século. 1995.